

“Pacote” divide o CMN e desagrada

por José Casado

de São Paulo

A reunião de hoje do Conselho Monetário Nacional (CMN), em Brasília, vai-se constituir num fato político importante: nela, o governo federal deverá formalizar sua decisão de não desencadear um processo de desindexação da economia, neste momento, colocando-se frontalmente contra o consenso de parcela substancial da opinião pública.

O próprio plenário do CMN deverá refletir isso. Dos nove representantes do setor privado no Conselho, cinco já se definiram contra a decisão do governo, posicionando-se a favor do início imediato da desindexação da economia. Alinharam-se em torno dessa tese os ex-ministros Octavio Gouvêa de Bulhões e Angelo Calmon de Sá, o banqueiro José Carlos Moraes de Abreu, o industrial Luiz Eulálio de Bueno Vidigal Filho e o comerciante Abílio dos Santos Diniz.

Todos consideram perigosa e praticamente inócua a aprovação de um “pacote anti-subsídios”, neste momento, se não estiver (como não estará) acompanhado de medidas que desindexem a economia. Mais exatamente, que impeçam a transferência para a correção monetária, no segundo semestre, dos reflexos dos aumentos de preços agrícolas e industriais.

Voto vencido, por antecipação, Vidigal Filho comentava, ontem, o que acredita ter sido uma decisão do presidente João Figueiredo: “A decisão dele pode até ser politicamente correta, mas é técnica e economicamente errada”. Moraes de Abreu mostrava-se perplexo: “Sem desindexar, a inflação vai-se acelerar para 200%”, disse à editora Patrícia Saboia, lembrando que com taxas nesse nível Salvador Allende perdeu a presidência do Chile, em 1973, e Martinez de Hoz perdeu o poder na Argentina, em 1980.

Em defesa do começo da desindexação, neste momento, encontravam-se alinhados, até ontem, líderes de diferentes matizes como o ex-prefeito Olavo Egydio Setúbal; os ex-governadores Abreu Sodré, Paulo Egydio Martins e Carvalho Pinto; os ex-ministros Mário Henrique Simonsen e Karlos Rischbieter; os empresários Renato Ticoulat Filho, Antônio Ermírio de Moraes, Firmino Freitas, Laerte Setúbal e Mário Garnero. Uniam-se também, mesmo com propostas de teor diferente, economistas que militam no PDS, como o senador Roberto Campos, ou no PMDB, como Maria da Conceição Tavares, Luciano Coutinho e Carlos Lessa.

(Continua na página 7)